

Diagnóstico Institucional **Enfrentamento à Violência** **contra a Mulher**

Subsídios Estratégicos para o PGA 2026-2027



APRESENTAÇÃO

O documento apresenta um diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério Público do Estado do Ceará sobre as demandas e desafios das Promotorias de Justiça na temática do enfrentamento à violência contra a mulher, com base em respostas coletadas junto às unidades ministeriais.

A análise destaca que temas como **medidas protetivas de urgência, articulação da rede de atendimento e prevenção da violência** configuram as maiores prioridades institucionais, revelando uma necessidade de fortalecimento da integração interinstitucional, qualificação do monitoramento e ampliação de estratégias preventivas estruturadas.

Os dados apontam uma atuação já relevante e frequente na maior parte das unidades, mas indicam fragilidades na efetividade das medidas, na integração da rede e na estrutura de apoio técnico, especialmente nas comarcas do interior do Estado. Observa-se, ainda, predominância de um **modelo de atuação reativo**, com limitações operacionais para expansão da prevenção e uso de inteligência de dados.

Este diagnóstico tem por objetivo apresentar informações qualificadas para subsidiar a elaboração do Plano Geral de Atuação 2026–2027, um dos principais instrumentos de planejamento institucional do MPCE, contribuindo para o direcionamento estratégico das ações e o fortalecimento da atuação ministerial de forma integrada, preventiva e baseada em evidências.

PALAVRA DO NUPROM

O Núcleo Estadual de Gênero Pró-Mulher (NUPROM) do Ministério Público do Estado do Ceará, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa (SEPLAN), apresenta o Diagnóstico Institucional - Enfrentamento à Violência contra a Mulher, estruturado a partir do preenchimento do formulário diagnóstico do PGA por membros do MPCE, com a finalidade de subsidiar o estabelecimento de prioridades institucionais relacionadas ao enfrentamento da violência contra a mulher, fomentando o compromisso do MPCE com a execução de ações integradas voltadas à prevenção da violência de gênero.

Nesse contexto, o programa proposto busca estruturar a atuação ministerial de forma sistêmica, promovendo a integração e a articulação entre os órgãos da rede, com vistas à padronização dos fluxos de atendimento, bem como ao fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção e à promoção dos direitos das mulheres.

A iniciativa estabelece como foco o enfrentamento dos desafios identificados, apresentando oportunidades de atuação preventiva para os órgãos de execução

com atribuição no contexto da violência doméstica e familiar, com o apoio especializado do NUPROM, visando ao aprimoramento da efetividade das respostas institucionais e à consolidação de estratégias coordenadas entre as esferas ministeriais.

METODOLOGIA

O Perfil de Quem Atua: Uma Visão do Território

O Universo

25 Respostas Únicas. Foco qualitativo absoluto: 19 unidades declararam atuação direta, frequente e altamente especializada na temática.

A Geografia

72% Interior vs. **28% Capital.** Captura a realidade das comarcas com maior heterogeneidade estrutural e desafios de rede.

A Estrutura

Predominância de 1º Grau (23 unidades). Representatividade cruzada entre entrâncias inicial (6), intermediária (8) e final (9).

Inicialmente foi elaborado um inventário de macro temas junto ao Centro de Apoio que delimitariam o formulário de levantamento de informações do diagnóstico.

O formulário para diagnóstico foi criado no Microsoft Forms (Microsoft 365) e distribuído eletronicamente a todas as Promotorias de Justiça do estado do Ceará, focando temáticas de **VIOLÊNCIA CONTRA MULHER** e atuação transversal.

A coleta ocorreu em **MAIO de 2026**, com perguntas mistas (seleção múltipla, escalas 1-5,

abertas).

Os dados do formulário foram analisados isoladamente e posteriormente por meio de análises cruzadas e por matriz SWOT. Por meio dessa análise, foram constatadas a necessidade de iniciativas que potencializassem a atuação ministerial frente à matriz SWOT analisada.

Por fim, essas iniciativas serão agrupadas em PROGRAMAS TEMÁTICOS para compor a elaboração do PGA 26-27 e do Mapa Setorial, e ainda, pormenorizadas para compor o Plano de Atuação do CAO.

Perfil das Respostas

O conjunto analisado é composto por **25 respostas únicas**, representando integralmente o universo de respondentes da pesquisa. Observa-se predominância expressiva de unidades do **Primeiro Grau (23 respostas)** em relação ao **Segundo Grau (2 respostas)**, indicando que o diagnóstico se ancora majoritariamente na percepção das Promotorias com atuação direta e territorializada. Quanto ao perfil de atuação na temática, há concentração relevante em unidades que declararam **atuação relevante e frequente (19)**, ao lado de **3 unidades com atuação residual ou ocasional** e **3 que não atuam**

diretamente na temática, mas contribuíram para o diagnóstico. Esse recorte demonstra uma base predominantemente especializada, mas com participação complementar que reforça o caráter transversal do tema dentro da instituição.

No que se refere ao perfil organizacional das unidades, a distribuição por entrância evidencia relativa heterogeneidade: **6 unidades de entrância inicial, 8 intermediárias e 9 finais**, o que sugere diversidade de capacidade instalada e maturidade institucional entre as promotorias respondentes. Esse aspecto é relevante, pois indica que as percepções coletadas não se restringem a um único tipo de estrutura organizacional, mas contemplam realidades distintas, que impactam diretamente a forma de atuação na temática da violência contra a mulher.

Sob o ponto de vista territorial, verifica-se **predominância significativa do interior do Estado (18 respostas, aproximadamente 72%)**, em comparação com **Fortaleza (7 respostas, cerca de 28%)**. Entre as principais localidades representadas, destacam-se, além da capital, municípios como **Sobral, Juazeiro do Norte, Brejo Santo, Crato, Aquiraz, Beberibe, Trairi, Pacajus, Massapê, Uruoca, Amontada, Jucás, Cedro, Granja e Aurora**. Essa distribuição reforça que o diagnóstico captura majoritariamente a realidade das comarcas interioranas, caracterizadas por maior heterogeneidade estrutural e, potencialmente, maiores desafios de articulação de rede e oferta de serviços, ao mesmo tempo em que mantém representatividade da capital para fins de contraste institucional.

Embora o número de respostas (25) seja reduzido, é importante destacar que a amostra apresenta **relevante valor qualitativo** para fins de diagnóstico. Isso se justifica pela predominância de unidades com **atuação direta, frequente e especializada na temática**, que representam a maior parte dos respondentes e detêm vivência prática nos fluxos, desafios e interfaces da política de enfrentamento à violência contra a mulher.

Dessa forma, ainda que não seja estatisticamente representativa em termos quantitativos, a amostra se mostra **significativamente representativa sob o ponto de vista técnico e operacional**, pois concentra percepções qualificadas de membros que atuam diretamente na execução da política pública, permitindo extrair tendências consistentes, identificar fragilidades estruturais e orientar a formulação de estratégias institucionais com base em evidências concretas da prática cotidiana.



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

PRINCIPAIS TEMAS



Temas de Atuação (% menções)

(Critério adotado: temas com incidência $\geq 40\%$ das respostas, equivalente a ≥ 10 de 25 respondentes)

A partir da consolidação das respostas e dos gráficos sintéticos, identificam-se **três grandes eixos temáticos de alta demanda**:

1. Medidas protetivas de urgência

- **Incidência: 19 respondentes (76%)** Trata-se do tema **mais recorrente e central** em toda a amostra.
- Aparece tanto como: principal frente de atuação atual e como demanda de aperfeiçoamento (monitoramento, fiscalização e efetividade)
- Indica forte orientação da atuação para o **eixo repressivo-protetivo**, com alta dependência de fluxos judiciais.

O Gargalo da Rede: A Fragmentação do Cuidado



I – Justificativa

As respostas abertas evidenciam que, embora as medidas protetivas sejam amplamente utilizadas, há **fragilidades relevantes em sua efetividade, monitoramento e fiscalização**, com menções recorrentes à necessidade de maior celeridade, padronização de fluxos e acompanhamento de reincidência. Há relatos de dificuldade na **comunicação entre os atores da rede (MP, Judiciário, polícia)**, ausência de sistemas integrados e limitações na fiscalização do cumprimento das medidas, o que compromete sua capacidade preventiva. Também se destacam problemas de acesso a informações e ausência de protocolos claros para resposta rápida em casos de descumprimento, reforçando que o modelo atual ainda é predominantemente reativo.

II – Oportunidades de atuação

As respostas apontam oportunidades concretas de intervenção, especialmente na **estruturação de fluxos padronizados e integrados**, no desenvolvimento de **sistemas de monitoramento (indicadores, reincidência, risco)** e no fortalecimento da atuação conjunta com segurança pública (ex.: patrulhas especializadas e fiscalização ativa). Destaca-se ainda a necessidade de capacitação e uso de ferramentas tecnológicas (integração de dados, painéis de acompanhamento, alerta de risco) e de melhoria do tempo de resposta institucional. A atuação do NUPROM pode se concentrar na **padronização de procedimentos, indução de protocolos e apoio tecnológico**, com base nas evidências de fragmentação e dificuldade de controle efetivo das medidas.

2. Articulação e fortalecimento da rede de atendimento

- **Incidência: 13 respondentes (52%)** - Segundo tema mais recorrente, com presença transversal em: dificuldades institucionais, oportunidades de atuação e demandas ao NUPROM
- Reflete necessidade estrutural de integração entre MP, segurança, saúde e assistência, padronização de fluxos e melhoria da comunicação interinstitucional.

I – Justificativa

As respostas abertas convergem no reconhecimento de que a **baixa articulação entre os órgãos da rede é um dos principais gargalos estruturais**, impactando diretamente a efetividade da atuação ministerial. São recorrentes as menções à **falta de integração entre segurança, saúde, assistência social e Judiciário**, ausência de fluxos institucionalizados e dificuldades de comunicação e encaminhamento. Também há registros de insuficiência ou fragilidade de equipamentos (CREAS, saúde, delegacias especializadas), além de necessidade de fortalecer o atendimento psicossocial e a acolhida das vítimas. Essas evidências indicam

que a atuação do MP depende fortemente de uma rede que, em muitos territórios, ainda é **fragmentada e pouco coordenada**.

II – Oportunidades de atuação

As respostas indicam como oportunidade prioritária a **indução de modelos de governança e integração da rede**, com definição de fluxos claros, protocolos interinstitucionais e mecanismos de comunicação estruturada. Destaca-se também a necessidade de atuação do NUPROM na **articulação com municípios para fortalecimento de equipamentos públicos** e na promoção de espaços de coordenação (comissões, pactuações locais). Outras oportunidades incluem a criação de **sistemas integrados de informação**, capacitações conjuntas entre os atores da rede e disseminação de boas práticas. As evidências apontam que a qualificação da rede é condição indispensável para melhorar tanto a resposta protetiva quanto a preventiva.

3. Prevenção à violência contra a mulher

- **Incidência: 10 respondentes (40%)** - Marca o limite inferior da alta demanda, mas com forte relevância estratégica.
- Aparece associada a: ações educativas (especialmente em escolas) e campanhas institucionais e atuação com público masculino
- Indica movimento inicial de transição para um modelo mais preventivo, ainda não consolidado.

I – Justificativa

As respostas abertas demonstram que a atuação preventiva ainda é **insuficiente, fragmentada e, muitas vezes, secundarizada em razão da alta demanda judicial**, com relatos explícitos de impossibilidade de desenvolvimento de ações preventivas contínuas. Há evidências de que as ações existentes se concentram em **palestras pontuais, campanhas e iniciativas isoladas**, sem padronização ou estratégia estruturada. Também são recorrentes as menções à necessidade de atuação com **público masculino, escolas e comunidade**, além da ausência de programas sistemáticos de reeducação de agressores (grupos reflexivos). Esses elementos indicam que a prevenção ainda não está institucionalmente consolidada.

II – Oportunidades de atuação

As respostas apontam forte potencial para desenvolvimento de estratégias preventivas estruturadas, com destaque para: **programas contínuos em escolas**, ampliação de **grupos reflexivos para agressores**, campanhas permanentes (inclusive em empresas e espaços públicos) e fortalecimento da transversalidade com saúde e educação. Também emergem oportunidades para atuação em **locais de entretenimento**, mediante capacitação e

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

protocolos como o “Não é Não”. O NUPROM pode induzir a criação de **modelos replicáveis de prevenção**, com materiais padronizados, metodologias validadas e apoio técnico às promotorias, respondendo à evidência de dispersão e baixa institucionalização das iniciativas atuais.

Os dados evidenciam que a atuação institucional está fortemente concentrada em um **tripé estruturante: medidas protetivas, articulação da rede e prevenção**, com clara predominância do primeiro eixo. A alta incidência das medidas protetivas (76%) revela que o sistema opera majoritariamente de forma **reativa**, com foco na proteção após a ocorrência da violência, enquanto os temas de rede e prevenção, embora relevantes, aparecem em patamar inferior, indicando menor maturidade operacional.

Ao mesmo tempo, o fato de mais da metade dos respondentes apontar a **rede de atendimento (52%)** como demanda central demonstra que a **integração interinstitucional é o principal gargalo estruturante**, afetando tanto a efetividade das medidas protetivas quanto a expansão da prevenção. Já a prevenção (40%), ainda que no limite do critério de alta demanda, revela um campo em crescimento, porém não plenamente institucionalizado, sugerindo oportunidade estratégica de reequilíbrio do modelo de atuação no âmbito do PGA 2026–2027.

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

ANÁLISE SWOT

Forças Atuação Estruturada: Domínio técnico das medidas protetivas e capacidade inquestionável de atuar como indutor de políticas locais.	Fraquezas Limitação Operacional: Rede fragmentada, baixa equipe técnica de suporte e subutilização de inteligência de dados.
Oportunidades Expansão Preventiva: Estruturação de dados integrados, projetos contínuos em escolas e programas para o público masculino.	Ameaças Complexidade Sistêmica: Persistência do modelo reativo, desigualdade territorial (capital vs. interior) e reincidência.

FORÇAS

- **Atuação institucional já estruturada e consolidada em parte relevante das unidades**
 - 19 respondentes indicam **atuação relevante e frequente**, com parte significativa nos níveis 3 e 4 de estruturação.
 - Evidência qualitativa: diversas respostas relatam **existência de fluxos internos, atuação com Patrulha Maria da Penha, participação em conselhos e projetos locais**, além de atuação em escolas e rede de saúde.
- **Forte centralidade das medidas protetivas como eixo de atuação institucional**
 - Tema presente em **76% das respostas**, demonstrando capilaridade e domínio técnico do instrumento.
 - Evidência: atuação consolidada no acompanhamento, judicialização e articulação mínima com rede para cumprimento das medidas.
- **Capacidade indutora do MPCE no fortalecimento de equipamentos públicos**
 - 18 respondentes afirmam que o MPCE atua como indutor (total ou parcial) da rede.
 - Evidência: sugestões recorrentes de criação/expansão de CREAS, Casa da Mulher, grupos reflexivos e serviços de saúde, indicando protagonismo institucional.

OPORTUNIDADES

- **Estruturação de sistemas integrados de monitoramento (dados e risco)**
 - Necessidade recorrente de ferramentas para acompanhamento de medidas, reincidência e perfis de risco.
 - Potencial para atuação do NUPROM na criação de **painéis, indicadores e integração de base de dados**.
- **Fortalecimento institucional da rede de atendimento**
 - Alta demanda (52%) por articulação e fortalecimento da rede.
 - Evidência: necessidade de fluxos padronizados, capacitação conjunta e ampliação de equipamentos públicos.
- **Expansão da prevenção estruturada (escolas, público masculino, comunidades)**
 - Evidência recorrente de potencial em ações em escolas e grupos reflexivos.
 - Oportunidade de criação de **modelos replicáveis estaduais** (campanhas, protocolos e programas continuados).
- **Ampliação de atuação em novos contextos (entretenimento e empresas)**
 - Baixa adesão ao Protocolo “Não é Não” (média 2,09 de 4; alta incidência de “não” ou “não se aplica”).
 - Evidência: necessidade de atuação em bares, eventos e espaços privados, com capacitação e fiscalização.

FRAQUEZAS

- **Fragmentação e baixa integração da rede de atendimento**
 - Apenas 4 indicam existência de fluxo institucional consolidado; 14 apontam funcionamento apenas parcial.
 - Evidência: relatos de falhas de comunicação, ausência de protocolos e dificuldade de articulação entre MP, polícia, saúde e assistência.
- **Baixa estrutura operacional e suporte técnico**
 - Principais dificuldades: **apoio de equipe técnica (15) e equipe insuficiente (13)**.
 - Evidência: menção à ausência de psicólogos, assistentes sociais, dificuldades de fiscalização e sobrecarga judicial.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Atuação preventiva pouco estruturada e secundarizada**
 - Atuação preventiva com média de apenas **2,68 de 4**, indicando baixo nível de consolidação.
 - Evidência: respostas apontam impossibilidade de ações contínuas devido à alta demanda judicial e predominância de ações pontuais.
- **Baixa utilização de tecnologia e inteligência de dados**
 - Evidência: demandas recorrentes por **sistemas integrados, monitoramento de reincidência, painéis de dados e integração entre órgãos**.

AMEAÇAS

- **Persistência de modelo reativo com baixa prevenção estrutural**
 - Forte concentração em medidas protetivas indica atuação focada na resposta ao dano.
 - Evidência: baixa capacidade preventiva relatada e ausência de programas contínuos.
- **Desigualdade territorial (capital x interior)**
 - Predomínio de respostas do interior (~72%), com maior relato de carências estruturais.
 - Evidência: ausência de equipamentos, necessidade de delegacias especializadas, serviços psicossociais e dificuldade de acesso.
- **Baixa efetividade no cumprimento das medidas protetivas**
 - Média de efetividade de **3,14 de 4** (nível intermediário).
 - Evidência: dificuldades de fiscalização, descumprimento e falta de resposta rápida.
- **Subnotificação e complexidade dos casos (reincidência, dependência econômica, violência psicológica)**
 - Evidência qualitativa: temas como **ciclo da violência, dependência da vítima e dificuldade de rompimento** aparecem de forma recorrente.

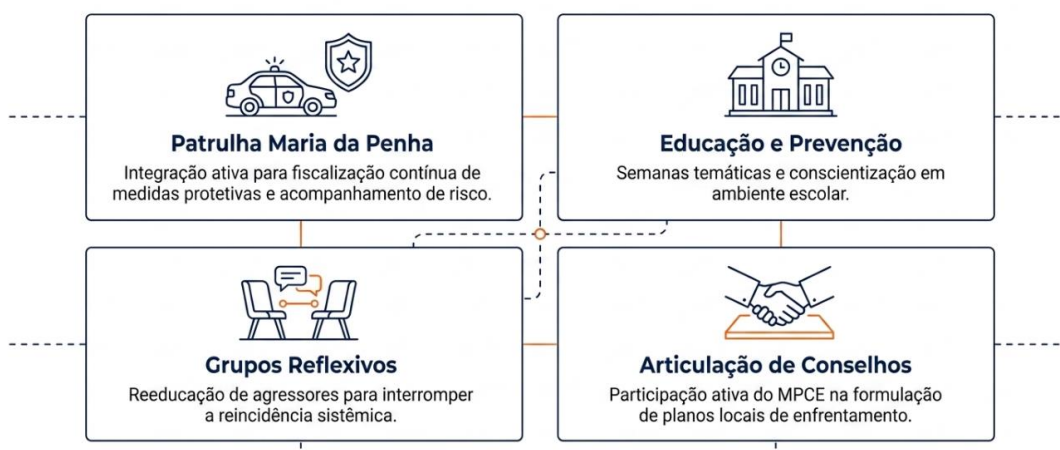
A análise SWOT revela um cenário em que o MPCE possui **base institucional sólida e experiência acumulada**, mas enfrenta **gargalos estruturais relevantes na integração da**

rede, suporte técnico e consolidação da prevenção, com riscos associados à manutenção de um modelo predominantemente reativo. As oportunidades identificadas apontam para um papel estratégico do NUPROM na **indução de integração sistêmica, uso de dados e institucionalização da prevenção**, especialmente nas comarcas do interior.

Boas Práticas Relatadas

As boas práticas identificadas não representam, em regra, uma política institucional formalmente estruturada, mas revelam **capacidade relevante de inovação local, adaptação e protagonismo dos membros**, especialmente em contextos de limitações de recursos, integração e apoio técnico. O diagnóstico evidencia que essas experiências podem ser **capturadas, sistematizadas e replicadas** pelo NUPROM, potencializando sua escala e impacto institucional.

A Inovação que Já Acontece: Boas Práticas Locais



Principais boas práticas identificadas

- **Integração ativa com a Patrulha Maria da Penha** para acompanhamento contínuo das vítimas e fiscalização das medidas protetivas.
- **Atuação em Conselhos Municipais e Planos locais de enfrentamento**, com participação na formulação e execução de políticas públicas.
- **Projetos educativos em escolas**, incluindo palestras, semanas temáticas e programas de conscientização sobre violência de gênero.
- **Implantação de grupos reflexivos para agressores**, voltados à reeducação e prevenção da reincidência.
- **Parcerias com a rede de saúde**, utilizando a atenção primária como porta de entrada para identificação precoce de violência.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Atuação em eventos comunitários e espaços públicos**, ampliando a conscientização social e o acesso à informação.
- **Promoção de articulação local entre órgãos da rede**, ainda que informal, para encaminhamentos mais céleres e integrados.
- **Iniciativas de monitoramento de dados e reincidência**, ainda que incipientes, como base para qualificação da atuação.
- **Parcerias com empresas e estabelecimentos privados**, especialmente em ações de prevenção e campanhas institucionais.
- **Projetos extrajudiciais estruturantes (PAPJ)** voltados à prevenção, educação e fortalecimento da rede local.

Casos Emblemáticos Relevantes

Não foram identificados casos emblemáticos individualizados, detalhados ou narrativas completas de um caso concreto específico nas respostas abertas do formulário.

As referências encontradas são de natureza genérica e temática, destacando:

- “ciclo da violência; perdão da vítima”
- “reincidência e descumprimento de medidas protetivas”
- “dependência econômica da vítima em relação ao agressor”

Esses elementos aparecem como padrões estruturais de casos, e não como relatos individualizados, indicando que o instrumento captou percepções agregadas e não estudos de caso específicos.



MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Contribuições Relevantes para Transversalidade

Oportunidades Transversais: A Construção da Ponte



1. Integração com a rede intersetorial (saúde, assistência, segurança, educação)

- **Evidência:** recorrentes menções à necessidade de articulação entre MP, Polícia, CREAS/CRAS, saúde e Judiciário, bem como relatos de atuação conjunta (ex.: rede de proteção, conselhos e políticas locais).
- **Contribuição transversal:** reforça a atuação do MPCE como **articulador de políticas públicas intersetoriais**, permitindo integração com áreas como saúde, assistência social e educação.

2. Transversalidade com a área de educação (prevenção estruturante)

- **Evidência:** alta recorrência de ações em escolas (palestras, semanas temáticas, projetos educativos) e menção direta à educação como canal prioritário de prevenção.
- **Contribuição transversal:** consolida a interface com políticas educacionais, permitindo desenvolver **programas preventivos contínuos e institucionalizados no sistema de ensino**.

3. Interface com saúde pública e atenção psicossocial

- **Evidência:** menções frequentes à necessidade de ampliar atendimento psicológico, uso da atenção primária para identificação precoce e fortalecimento de serviços de saúde.
- **Contribuição transversal:** amplia a atuação do MPCE na garantia de políticas de saúde, especialmente em **saúde mental, acolhimento e atendimento humanizado às vítimas**.

4. Conexão com políticas de segurança pública e fiscalização

- **Evidência:** destaque para atuação com Patrulha Maria da Penha, necessidade de monitoramento de medidas protetivas e integração com Polícia Civil e Militar.
- **Contribuição transversal:** fortalece a interface com segurança pública, permitindo atuação coordenada em **prevenção, proteção e fiscalização de medidas judiciais**.

5. Diálogo com políticas de cidadania, gênero e inclusão social

- **Evidência:** referências a temas como dependência econômica, violência psicológica, população trans, desigualdade de gênero e ações com público masculino.
- **Contribuição transversal:** amplia o escopo para atuação em **direitos humanos, equidade de gênero e políticas de inclusão**, permitindo projetos mais abrangentes e estruturantes.

As evidências demonstram que a temática analisada possui **alta capacidade de articulação transversal**, conectando-se diretamente com múltiplas políticas públicas e áreas finalísticas do MPCE.

Essa transversalidade, já percebida na prática pelos respondentes, constitui **base concreta para formulação de projetos integrados**, com atuação simultânea em prevenção, proteção, garantia de direitos e indução de políticas públicas — especialmente relevantes para o PGA 2026–2027.

Ações Estratégicas NUPROM/MPCE (Biênio 26-27)

A partir da matriz SWOT consolidada, boas práticas, casos emblemáticos e contribuições transversais fornecidas, elaboramos algumas ações.



Estratégia 2026-2027: Eixo Inteligência e Dados

Transformar informações dispersas em tomada de decisão antecipada.

Sistema Integrado de Monitoramento

Painel com dados da rede para rastrear cumprimento de medidas, reincidência e emitir alertas de risco imediatos.

Plataforma de Inteligência

Base de dados consolidada com cruzamento de informações sobre perfis de risco e padrões locais de violência.

1. Sistema Integrado de Monitoramento de Medidas Protetivas

Justificativa: Dificuldade recorrente de controle de descumprimento e acompanhamento de risco.

Descrição: Desenvolver painel integrado com dados da rede para monitorar medidas, reincidência e alertas de risco. **#medidasprotetivas #inteligência**

2. Plataforma de Dados e Inteligência sobre Violência

Justificativa: Reiteradas demandas por uso de dados para orientar decisões.

Descrição: Criar base consolidada com indicadores de risco, reincidência e padrões locais. **#inteligência #dados**

**MPCE**Ministério Público
do Estado do Ceará**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****Estratégia 2026-2027:
Eixo Governança e Rede**

Institucionalizar a comunicação para que o cuidado não seja interrompido.

Protocolo Institucional de Fluxos

Padronização rigorosa entre MP, polícia, saúde e assistência, definindo responsabilidades e prazos.

Integração com a Rede Local

Criação de comitês locais periódicos para repactuação de fluxos interinstitucionais.

Fortalecimento com Segurança Pública

Protocolos de resposta rápida e priorização da fiscalização ativa em parceria com PM e PC.

Capacitação Continuada

Ciclos formativos conjuntos (MP e Rede) sobre fluxo, gênero e uso de dados.

3. Protocolo Institucional de Fluxos da Rede

Justificativa: Predomínio de fluxo apenas parcialmente institucionalizado (14 respostas).

Descrição: Padronizar fluxos entre MP, polícia, saúde e assistência, com responsabilização e prazos definidos. **#rede #integração**

4. Capacitação Continuada da Rede e Membros

Justificativa: Demandas recorrentes por formação técnica e operacional.

Descrição: Promover ciclos formativos sobre gênero, fluxo de atuação, dados e prevenção. **#capacitação #rede**

5. Fortalecimento da Atuação com a Segurança Pública

Justificativa: Dependência da atuação policial para fiscalização das medidas.

Descrição: Ampliar articulação com PM e PC, priorizando fiscalização ativa e protocolos de resposta. **#medidasprotetivas #segurança**

6. Programa Estadual de Prevenção nas Escolas

Justificativa: Alta recorrência de ações educativas como prática isolada.

Descrição: Criar modelo replicável de atuação preventiva contínua com material padronizado e apoio do NUPROM. **#prevenção #educação**

7. Programa de Integração com a Rede Local

Justificativa: Baixa articulação entre atores e fragilidade de comunicação institucional.

Descrição: Instituir reuniões periódicas, comitês locais e pactuação de fluxos interinstitucionais. **#rede #governança**



8. Programa de Prevenção com Público Masculino

Justificativa: Baixa atuação estruturada voltada à reeducação e prevenção.

Descrição: Implementar ações regulares com homens (palestras, grupos, empresas e escolas). **#prevenção #gênero**

9. Ampliação de Grupos Reflexivos para Agressores

Justificativa: Reiterada demanda por criação/expansão desses grupos nas comarcas.

Descrição: Fomentar implantação via articulação municipal e capacitação de facilitadores. **#prevenção #rede**

10. Programa de Apoio Psicossocial às Vítimas

Justificativa: Carência recorrente de apoio técnico e atendimento humanizado.

Descrição: Induzir estruturação de serviços psicossociais e fortalecer CREAS, saúde e acolhimento. **#rede #assistência**

11. Estratégia de Atuação em Locais de Entretenimento

Justificativa: Baixa adesão ao “Não é Não” e atuação incipiente nesses espaços.

Descrição: Capacitar estabelecimentos, ampliar fiscalização e difundir protocolos de proteção. **#prevenção #entretenimento**

12. Modelo de Atendimento Padronizado às Vítimas

Justificativa: Relatos de fragilidade no acolhimento e acompanhamento das vítimas.

Descrição: Estruturar protocolo mínimo de atendimento humanizado e acompanhamento contínuo. **#vítimas #qualidade**

VINCULAÇÃO CNMP

Através de uma análise **mais restrita** e objetiva das ações propostas em relação às iniciativas propostas pelo MPCE para o **RADAR CNMP - 2026**, seguem vínculos sustentáveis.

Eixo do Diagnóstico Local	Aderência	Diretriz RADAR CNMP
Plataforma de Dados e Monitoramento	✓	2.1.2.1 – Ciência de Dados e Taxonomia
Governança, Fluxos e Integração	✓	1.3.1.1 – Atuação Integrada em Rede
Atendimento Psicossocial e Saúde	✓	1.4.06.2 – Promoção da Saúde Mental
Padronização do Acolhimento	✓	1.4.04.1 – Proteção de Direitos Humanos e Minorias

AÇÃO PROPOSTA	INICIATIVA CNMP	ADERÊNCIA	JUSTIFICATIVA
Sistema Integrado de Monitoramento de Medidas Protetivas	2.1.2.1 – Estruturação de Ciência de Dados	Alta	Ambas focam diretamente no uso estruturado de dados para tomada de decisão. A ação do diagnóstico traduz operacionalmente a diretriz do CNMP em contexto finalístico (violência contra a mulher).
Protocolo Institucional de Fluxos da Rede	1.3.1.1 – Atuação em rede entre MPs	Alta	Ambos tratam de integração institucional. O diagnóstico operacionaliza localmente a lógica de cooperação federativa prevista pelo CNMP.
Programa de Integração com a Rede Local	1.3.1.1 – Atuação em rede	Alta	Correspondência direta: ambos tratam da construção de redes institucionais para atuação coordenada.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Plataforma de Dados e Inteligência	2.1.2.1 / 2.1.2.2 – Ciência de dados / taxonomia	Alta	Alinhamento completo com a agenda do CNMP de qualificação de dados, categorização e tomada de decisão estratégica.
Fortalecimento com Segurança Pública	1.1.1.2 – Promotorias especializadas em segurança	Alta	A ação proposta materializa a diretriz de especialização e fortalecimento da atuação na segurança pública.
Programa de Apoio Psicossocial às Vítimas	1.4.06.2 – Saúde mental	Alta	Convergência direta com a promoção de saúde mental e garantia de qualidade do atendimento a populações vulneráveis.
Capacitação da Rede e Membros	3.4.2.1 – Desenvolvimento de competências	Alta	Compatibilidade plena com a diretriz de qualificação técnica e comportamental.
Modelo de Atendimento Padronizado às Vítimas	1.4.04.1 – Direitos humanos e minorias	Alta	A padronização do atendimento reforça a política de proteção a grupos vulneráveis prevista no RADAR.

A leitura comparada demonstra que há **elevado grau de convergência estratégica entre o diagnóstico e o RADAR/CNMP**, especialmente em três eixos estruturantes:

1. **Dados e inteligência institucional**
2. **Atuação em rede e integração institucional**
3. **Proteção de grupos vulneráveis e direitos humanos**

ACHADOS RELEVANTES

Foram localizados **alguns registros relevantes, específicos e não triviais** nas respostas (especialmente nas abertas) que merecem destaque adicional no diagnóstico, pois revelam **padrões estruturais ou lacunas institucionais importantes**, ainda que não tenham sido explicitamente sistematizados nos blocos anteriores.

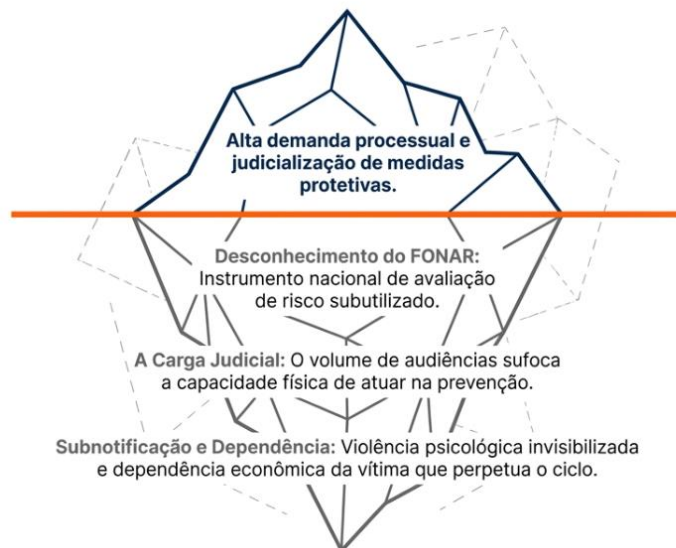


MPCE

Ministério Público
do Estado do Ceará

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Que Não Está Visível: Achados Estruturais



A seguir, os principais pontos:

1. Desconhecimento ou não utilização do FONAR (instrumento nacional de risco)

- **Evidência:** respostas indicam “às vezes”, “nunca” e até “não conheço” sobre o uso do instrumento.
- **Relevância:** trata-se de ferramenta **nacional de avaliação de risco**, e sua baixa institucionalização indica fragilidade crítica na **priorização de casos e prevenção da escalada da violência**.

2. Dependência estrutural da rede externa para efetividade da atuação

- **Evidência:** múltiplas respostas apontam insuficiência de CREAS, saúde, polícia, delegacia especializada, apoio psicossocial.
- **Relevância:** mostra que a atuação do MPCE é **estruturalmente dependente da rede**, o que limita sua efetividade mesmo quando a atuação interna está estruturada.

4. Impacto direto da carga judicial sobre a prevenção

- **Evidência:** relatos explícitos de impossibilidade de atuação preventiva devido a audiências diárias e alta demanda processual.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- **Relevância:** indica restrição operacional concreta, não apenas estratégica — a prevenção não avança por **limitação de capacidade institucional**.

5. Subnotificação e invisibilização de formas de violência

- **Evidência:** menções a violência psicológica, moral e patrimonial como **subnotificadas ou banalizadas**.
- **Relevância:** aponta limitação do sistema em capturar integralmente o fenômeno, com impacto direto na formulação de políticas públicas.

6. Dependência econômica da vítima como fator crítico do ciclo de violência

- **Evidência:** respostas mencionam dificuldade de rompimento do ciclo em razão da dependência financeira.
- **Relevância:** amplia o diagnóstico para além do sistema de justiça, indicando necessidade de integração com políticas de **autonomia econômica e assistência social**.

Esses registros revelam **fragilidades sistêmicas que não são apenas operacionais, mas estruturais e transversais**, especialmente em quatro dimensões críticas:

- **Instrumentos nacionais subutilizados (FONAR, protocolos)**
- **Dependência e fragilidade da rede externa**
- **Limitação de capacidade institucional (carga judicial)**
- **Complexidade social do fenômeno (subnotificação, dependência da vítima)**

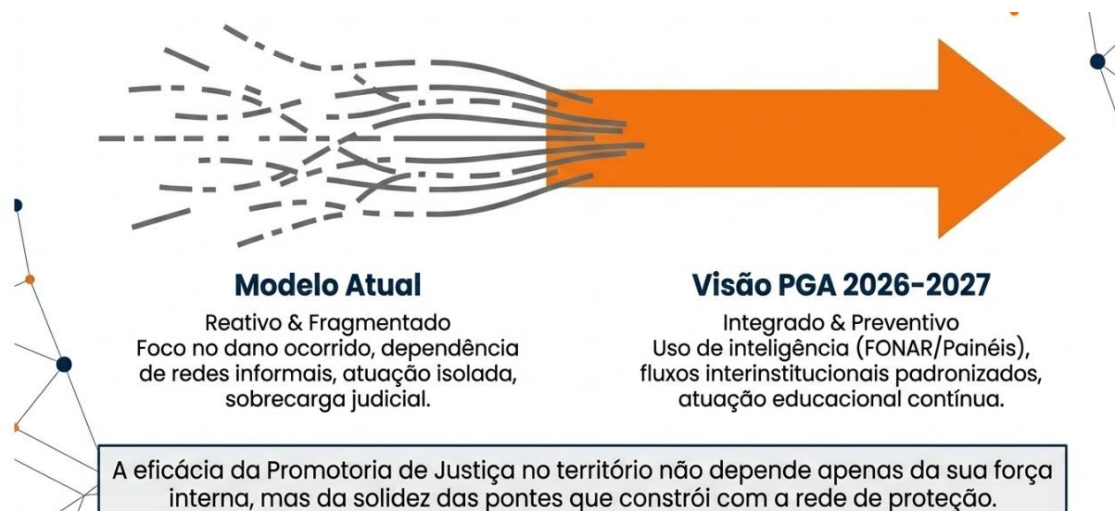
Esses achados são particularmente relevantes porque **não aparecem apenas em estatísticas**, mas emergem de forma consistente nas respostas abertas, indicando **padrões reais da prática institucional** que devem ser considerados na formulação do PGA.

CONCLUSÃO

O diagnóstico evidencia que o MPCE dispõe de uma **base relevante de atuação, já capilarizada e com experiência consolidada**, especialmente no eixo das medidas protetivas, mas ainda enfrenta **gargalos estruturais importantes**, relacionados à integração da rede, à limitação de recursos e à baixa institucionalização de estratégias

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

preventivas. As respostas analisadas demonstram que a efetividade da atuação não depende apenas da capacidade interna, mas, sobretudo, da articulação interinstitucional e do fortalecimento de políticas públicas conectadas, o que reforça o caráter essencialmente **transversal e sistêmico** da temática.



Nesse contexto, o presente diagnóstico não apenas identifica fragilidades, mas aponta **caminhos concretos e viáveis para a atuação estratégica**, com destaque para o uso de dados, padronização de fluxos, indução de políticas públicas e fortalecimento da prevenção. Ao consolidar evidências coletadas da atuação ministerial no território, o documento contribui para a construção de um PGA mais orientado a resultados e à transformação social.

Mais do que retratar a realidade, este diagnóstico se posiciona como instrumento de mudança — estruturado para transformar diagnóstico em ação e ação em impacto.



**Transformando diagnóstico
em ação, e ação em impacto.**

A base está construída. O plano é claro. A rede é o nosso instrumento.

Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) | Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa (SEPLAN) | PGA 2026-2027

Elaborado pela SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Modernização Administrativa